



MINISTÉRIOS DO PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS E DO
TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

DESPACHO n.º 34/2019

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT) e o Sindicato Democrático dos Trabalhadores dos Correios, Telecomunicações, Media e Serviços (SINDETELCO) comunicaram, mediante avisos prévios, à empresa CTT – Correios de Portugal, S.A. que os trabalhadores do Centro de Distribuição Postal de Aveiro (CDP 3800/3810) farão greve entre as 00:00 e as 24:00 do dia 10 de maio de 2019.

No exercício do direito de greve, é necessário salvaguardar outros direitos constitucionalmente protegidos, de acordo com o n.º 2 do artigo 18.º e o n.º 3 do artigo 57.º da Constituição, sob pena de irreversível afetação de alguns destes direitos.

A empresa CTT – Correios de Portugal, S.A. gere e explora serviços postais (correios) no território nacional, bem como os mesmos serviços internacionais com origem ou destino no território nacional e, nesta medida, satisfaz necessidades sociais impreteríveis que devem ser asseguradas durante a greve, nos termos dos n.ºs 1 e alínea *a*) do n.º 2 do artigo 537.º do Código do Trabalho, uma vez que estão em causa os direitos constitucionais das pessoas à proteção da sua saúde e dos seus interesses económicos.

Impõe-se, por isso, assegurar que, durante a greve, sejam prestados os serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação das necessidades sociais impreteríveis, nos termos do mencionado n.º 3 do artigo 57.º da Constituição e do n.º 1 do artigo 537.º do Código do Trabalho.

A definição dos serviços mínimos indispensáveis para a satisfação das necessidades sociais impreteríveis deve ser feita por diversos modos subsidiariamente previstos no Código do Trabalho.

Nos termos do n.º 1 do artigo 538.º do Código do Trabalho, os serviços mínimos devem ser definidos por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou por acordo com os representantes dos trabalhadores. Porém, a regulamentação coletiva de trabalho aplicável às entidades em apreço não define os serviços mínimos a assegurar em situação de greve.

Tendo em consideração a eventual necessidade de se definir os serviços mínimos por acordo com os representantes dos trabalhadores, o aviso prévio de greve que se realize em empresa ou estabelecimento que se destine à satisfação de necessidades sociais



MINISTÉRIOS DO PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS E DO
TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

impreteríveis deve conter uma proposta de serviços mínimos, de acordo com o n.º 3 do artigo 534.º do Código do Trabalho.

Nos avisos prévios de greve emitidos, as associações sindicais indicaram os serviços mínimos que se propõem assegurar no decurso da greve, propostas estas que não foram aceites pela Empresa, que os considerou insuficientes.

Nestas circunstâncias, o serviço competente do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social convocou reuniões entre representantes da empresa e das associações sindicais, tendo em vista a negociação de um acordo sobre os serviços mínimos a prestar e os meios necessários para os assegurar, em cumprimento do n.º 2 do citado artigo 538.º. O SNTCT não se fez representar na respetiva reunião, o que inviabilizou a negociação; o SINDETELCO fez-se representar na reunião para que foi convocado, mas as partes não chegaram a acordo.

Nestas circunstâncias, a definição dos serviços mínimos e dos meios necessários para os assegurar compete aos ministros responsáveis pela área laboral e pelo setor de actividade em causa.

Assim, nos termos do n.º 1, da alínea *a*) do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 537.º e da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 538.º do Código do Trabalho, o Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, ao abrigo da delegação de competências que lhe foi conferida pelo Ministro das Infraestruturas e da Habitação nos termos do Despacho n.º 3396/2019, de 21 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 61, de 27 de março de 2019 e o Secretário do Emprego, ao abrigo da delegação de competências que lhe foi conferida pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social nos termos do Despacho n.º 1300/2016, de 13 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 27 de janeiro de 2016, determinam o seguinte:

1. No período abrangido pelos avisos prévios de greve do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações e do Sindicato Democrático dos Trabalhadores dos Correios, Telecomunicações, Media e Serviços, a ocorrer das 00h00 às 24h00 do dia 10 de maio de 2019, devem ser prestados os serviços mínimos seguintes:

a) Garantia da segurança e manutenção das instalações e do equipamento;



MINISTÉRIOS DO PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS E DO
TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

- b) Distribuição de vales postais da segurança social, bem como da correspondência que titule prestações por encargos familiares ou substitutivas de rendimentos de trabalho emitida por entidade bancária contratada pela Segurança Social, que pelo seu formato específico, permita, sem equívocos, concluir pela natureza de tais prestações;
- c) Recolha, tratamento, expedição e distribuição de correio e encomendas postais que contenham medicamentos ou produtos perecíveis, desde que devidamente identificados no exterior.
2. Os meios humanos necessários para assegurar a prestação dos serviços mínimos definidos no n.º 1 do presente despacho deverão respeitar a organização técnica do trabalho na empresa e, de acordo com o n.º 7 do artigo 538.º do Código do Trabalho, ser designados pelos Sindicatos que declararam a greve até vinte e quatro horas antes do início do período de greve ou, se estes o não fizerem, deve a empresa CTT - Correios de Portugal, S.A. proceder a essa designação.
3. Transmitem-se de imediato ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT), ao Sindicato Democrático dos Trabalhadores dos Correios, Telecomunicações, Media e Serviços (SINDETELCO) e à empresa CTT – Correios de Portugal, S.A., para os efeitos dos n.ºs 6 e 7 do artigo 538.º do Código do Trabalho.

O Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações,

**Alberto Afonso
Souto de Miranda**

Assinado de forma digital por
Alberto Afonso Souto de
Miranda
Dados: 2019.05.03 12:41:05
+01'00'

(Alberto Afonso Souto de Miranda)

O Secretário de Estado do Emprego,

**Miguel Filipe
Pardal Cabrita**

Assinado de forma digital
por Miguel Filipe Pardal
Cabrita
Dados: 2019.05.03
13:22:45 +01'00'

(Miguel Filipe Pardal Cabrita)